

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.489 - MG (2019/0287888-8)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
SUSCITANTE : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3A REGIÃO**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE BETIM - MG**
INTERES. : **MARIA DE FATIMA CRUZ FERREIRA**
ADVOGADOS : **ALEX SANDRO BERNARDES - MG108076**
 : **DANIEL FARIA BARCELAR - MG163807**
INTERES. : **MUNICÍPIO DE BETIM**
PROCURADOR : **JANAÍNA PASCHOALIN DIAS BURNI - MG076189**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS COMUM ESTADUAL E TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONTRATAÇÃO SOB O REGIME CELETISTA, APLICÁVEL AOS SERVIDORES PÚBLICOS, POR FORÇA DE LEGISLAÇÃO LOCAL. PRECEDENTES DO STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado nos autos da reclamação trabalhista proposta em face de município.

Na hipótese dos autos, a parte reclamante defende ter sido admitida por meio de contrato trabalhista. Veiculou, em síntese, a condenação do Município ao pagamento de várias verbas, em razão da atividade realizada e não recompensada.

O Juízo Trabalhista entende que a controvérsia, referente à admissão da reclamante indicaria que o objeto da demanda não se adstringiria às normas da CLT. O vínculo, pois, com a Administração Pública teria caráter jurídico administrativo.

O Juízo Comum Estadual, por sua vez, conclui que o cargo ocupado pela reclamante se sujeitaria às normas trabalhistas. O vínculo com a Administração teria, portanto, caráter contratual, regido pela CLT.

É o relatório. Passo a decidir.

Preliminarmente, o art 926 do CPC/2015 determina que

Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.

Ainda, aplica-se ao caso o art. 927, I, do CPC/2015:

Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Finalmente, incide por analogia a Súmula n. 568/STJ:

O relator, monocraticamente, no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Passo, pois, ao mérito do conflito.

A controvérsia está relacionada ao juízo competente para processar e julgar

Superior Tribunal de Justiça

demanda ajuizada por agente público em face de município, questionando o pagamento de verbas trabalhistas, em razão de contrato.

Portanto, o regime jurídico aplicável à parte reclamante é o celetista, conforme expressamente previsto na Lei Municipal n. 3.425/2001, o que, por conseguinte, implica a competência da Justiça Trabalhista.

Sobre o tema, a orientação desta Corte Superior é no mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA INSTAURADO ENTRE JUÍZOS TRABALHISTA E ESTADUAL. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO NO REGIME CELETISTA POR FORÇA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PRECEDENTES DO STJ. DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.

1. A Primeira Seção desta Corte Superior, em recente precedente, firmou o entendimento no sentido de que a "Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as reclamações trabalhistas propostas por servidores públicos municipais contratados sob o regime celetista, instituído por meio de legislação municipal própria" (excerto da ementa do AgRg no CC 116.308/SP, 1ª Seção, Rel.

Min. Castro Meira, DJe 17.2.2012).

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no CC 115.769/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/06/2012, DJe 03/08/2012)

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA INSTAURADO ENTRE JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR QUE SE BASEIAM EM NORMAS CELETISTAS. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado. No caso em apreço, o aresto embargado resolveu fundamentadamente todas as questões, não se constatando a presença de quaisquer dos vícios elencados no art. 535 do CPC.

2. Excepcionalmente o Recurso Aclaratório pode servir para amoldar o julgado à superveniente orientação jurisprudencial do Pretório Excelso, quando dotada de efeito vinculante, em atenção à instrumentalidade das formas, de modo a garantir a celeridade e a eficácia da prestação jurisdicional e a reverência ao pronunciamento superior, hipótese diversa da apresentada nos presentes autos.

3. É vedado a este Tribunal apreciar a violação de dispositivos constitucionais, ainda que para fins de prequestionamento, uma vez que o julgamento de matéria de índole constitucional é reservado ao Supremo Tribunal Federal. Precedentes do STJ.

4. Embargos de Declaração do ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE rejeitados.

(EDcl no AgRg no CC 119.234/RN, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/11/2012, DJe 05/12/2012)

PROCESSO CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGENTE

Superior Tribunal de Justiça

COMUNITÁRIO DE SAÚDE. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. REGIME CELETISTA. LEI N. 11.350/06. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

1. Na hipótese, cuida-se de servidora municipal (agente comunitário de saúde) contratada sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, após prévio processo seletivo, de acordo com o previsto no art. 8º da Lei Federal n. 11.350/06, não havendo lei local dispondo sobre regime jurídico diverso.

2. "Nesse contexto, como a lei submeteu a servidora ao regime celetista, deve prevalecer a competência da justiça especializada para apreciar a controvérsia". (AgRg no CC 116.065/PE, Rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, julgado em 8.2.2012, DJe 17.2.2012.).

Agravo regimental improvido.

(AgRg no CC 121.904/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/06/2012, DJe 18/06/2012)

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME CELETISTA. AÇÃO RECLAMATÓRIA. VERBAS TRABALHISTAS.

1. A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as reclamações trabalhistas propostas por servidores públicos municipais contratados sob o regime celetista, instituído por meio de legislação municipal própria. Precedentes.

2. Agravo regimental provido.

(AgRg no CC 116.308/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/02/2012, DJe 17/02/2012)

Com base no exposto, CONHEÇO do conflito de competência, para declarar competente o JUÍZO TRABALHISTA.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator